

Biblioteca Anarquista



O Charme Discreto das Fórmulas

Miguel Amorós

Miguel Amorós

O Charme Discreto das Fórmulas

Palestra de 29 de outubro de 2016 no Ateneu llibertari Estel Negre, em
Ciutat de Mallorca.

archivo.kaosenlared.net

Titulo Original: *El discreto encanto de las fórmulas*. Tradução e Revisão
por André Tunes @**Nucleo de Estudos Autonomo Anarco
Comunista**.

Ela não possui direitos autorais pode e deve ser reproduzida no todo ou
em parte, além de ser liberada a sua distribuição, preservando seu
conteúdo e o nome do autor.

bibliotecaanarquista.org

Palestra de 29 de outubro de 2016 no Ateneu
llibertari Estel Negre, em Ciutat de Mallorca.

A necessidade de uma alternativa a um mundo em crise simples e fácil de entender está pressionando muitos daqueles que se comprometeram com a transformação radical da sociedade, ocupados demais para extraí-las da história graças ao pensamento crítico. As fórmulas salvadoras onde encontrar uma resposta para tudo são os substitutos ideológicos da teoria revolucionária, e seus promotores as traduzem em breves catecismos destinados a substituir o esforço das balanças, das leituras, dos debates e das lutas. Além disso, eles têm a virtude de evitar confrontos e controvérsias, como se os antagonismos sociais não fossem importantes, ou como se sua superação fosse possível sem mobilizações contínuas e confrontos virulentos, o que os torna produtos ideais para o consumo doutrinário das classes médias assalariadas, pacíficas por natureza e não inclinadas a caminhar por caminhos que temem. É o caso, por exemplo, do livro de receitas de agroecologia, municipalismo, renda básica, soberania alimentar, teoria dos valores e decréscimo. O grau de verdade que eles contêm não importa, porque não se trata de saber nada, mas de acreditar, isto é, que não se trata de uma análise dos fatos com os quais enfrentar a realidade, mas de fé na aplicação instantânea de um dogma revelado que explica de maneira breve e simples tudo.

Os mesmos conceitos que ocupam o cerne dessas ideologias condensadas geralmente resistem a reduções abusivas, como acontece, por exemplo, com o slogan “diminuição turística”, hoje na moda em Maiorca. No entanto, os decrescentistas, pelo menos em teoria, não querem uma sociedade com crescimento negativo, mas uma onde o crescimento não seja necessário. Para o caso das Baleares, uma sociedade sem turismo. Colocar a placa de “completa” na porta da ilha tem mais a ver com o canto do “turismo sustentável”. O turismo é uma atividade capitalista e, como tal, deve sempre crescer como é: os benefícios são reinvestidos para acumular capital. Falar sobre o decréscimo do turismo é uma contradição, assim como falar sobre sustentabilidade. Se é turismo, não é sustentável; Se é sustentável, ou seja, se recicla todo o seu lixo e repara tudo o que destrói, não é turismo. Literalmente, como dizem os castizos, o turismo não pode comer seus marrons.

A princípio, surgiu o problema, a saber, o crescimento; Então seria a vez da grande ideia. A descoberta por um homem da ciência nos mostraria o caminho. A fórmula decrescentista deve muito ao seu antecessor, o economista Nicolás Georgescu-Roegen, que nos anos sessenta já identificou expansão demográfica, crescimento industrial e poluição como sinais

de uma crise que levou a humanidade ao colapso biológico. O esgotamento dos recursos do solo e do subsolo, juntamente com o acúmulo de resíduos, desencadearia os custos reais do desenvolvimento, que seriam pagos por pessoas na desigualdade, burrice, doença e guerras. Essas análises eram comuns em economistas e ambientalistas dissidentes da época, o primeiro, mas para Georgescu corresponde o mérito da invenção da palavra “decrecimento”. A preparação de uma fórmula de estabilização ecológico-administrativa da economia com esse nome, devido a Serge Latouche, é bastante posterior, mas manterá todo o idealismo de seu inventor. Especialistas soaram o alarme; os estadistas ouvirão e agirão de acordo. A mensagem é catastrófica: a catástrofe é um poderoso motor de fórmulas omnexplicativas e milagrosas. Embora a consciência da situação nunca seja esclarecida, a esperança na salvação será reforçada com os oito erros do declínio. É o aspecto catequista dos desastres. Na medida em que proliferam, não faltam apóstolos que incentivem a formação de clãs de fiéis que, de acordo com os ensinamentos austeros dos professores, eles esperam que o esgotamento de combustíveis fósseis, as mudanças climáticas ou qualquer outra coisa convença os líderes a serem inspirados por suas propostas, projetadas para deixar o desenvolvimento sempre dentro.

Uma característica comum das fórmulas acima mencionadas é a ausência de uma crítica da política e da partidocracia, mesmo de forma esquemática e simplificada. O parlamentarismo profissional, ou ignoram, ou pior, aceita no como é. O decrecimento, em sua forma mais ortodoxa, é uma doutrina reformista que confia no Estado como um agente de convívio social sem traumas ou choques. Ele não busca de maneira alguma a ruptura com a ordem estabelecida, nem no nível econômico (abolição da propriedade, fim do trabalho assalariado, supressão da moeda), nem em qualquer outro nível. A transição para uma sociedade fora do crescimento dependerá, portanto, de leis e disposições que devem ser tomadas consensualmente na área convencional da política e dos negócios. A palavra “revolução” é então excluída do vocabulário decrescente, se significa a mudança abrupta, radical e violenta das relações e instituições sociais. A revolução do decrecimento não ocorre de uma mudança evolutiva na produção, troca e consumo de bens e serviços, lentos, suaves e relaxados, que serão realizados por massas conectadas em rede e guiadas por ecofrituários iluminados. Eles são responsáveis por “tecer” uma urdidura de convívio que permite acumular “capital relacional”, algo supostamente muito benéfico para a causa da sobriedade, ciclismo e reciclagem. As massas só

precisam pressionar os líderes estatais com boas maneiras para transferir parte dos benefícios do setor privado para a sociedade civil. É isso que levará a uma “reestruturação” que culmina em uma “democracia ecológica”, isto é, um parlamentarismo verde. A oposição total às transformações abruptas foi afirmada várias vezes. Não é uma rejeição radical do capitalismo, da tecnologia e do sistema partidário; todos os compromissos com os empresários, os tecnocratas e os “esquerdistas” são possíveis, e a mesma palavra “democracia” se presta a todas as ambiguidades e a todos os desvios eleitorais. A fórmula decrescentista é fundamentalmente calma, de boas vibrações, etapista, pelo que sua aplicação seria problemática em condições diferentes das do capitalismo europeu, com sua extensa classe média e suas partidocracias. Reflete um desconforto dos setores intermediários nascidos com a expansão dos serviços estatais, para aqueles que não gostam da destruição de um regime econômico capitalista ao qual, no entanto, devem sua origem e aceitam com poucas reservas.

A fórmula do decrescimento não nasceu na luta social, mas nos escritórios da universidade. Não emergiu da condensação no imaginário social das lições aprendidas na resistência à nocividade do capital e da defesa do território, mas da arriscada reunião de elementos críticos de origem variada, proveniência feita por um funcionário esclarecido que “reavalia” dados e “reconceitua” discursos. Esse nascimento característico do tubo de ensaio não deve nada ao conflito social, nem tampouco espera nada disso. Por isso é declarado interclassista, pois a verdade revelada na fórmula serve a todos, independentemente do nível na escala social. Qualquer um pode viver melhor com menos, voluntariamente pobres, recuperando e reutilizando. Na verdade, a própria fórmula é um exemplo de reutilização de ideias anteriores. Não se apela a forças sociais concretas cuja missão é operar a mudança de rumo da maquinaria econômica, mas a indivíduos que Bakunin apelidou em seu tempo de “filisteus” e que Theodor Kaczynski chama agora de “super-socializados”, isto é, infectados pelo código ético da sociedade do espetáculo, que é como dizer pacientes de correção política. Estamos nos deparando com a ideologia da cidadania, que já tem representantes nos principais consistórios e parlamentos. Segundo ela, o modelo frugal, cooperativo e ecológico do decrescimento deve estar “nas mãos dos cidadãos”, ou seja, nas mãos dos partidos e coalizões, acima das diferenças sociais, por outro lado, achatadas com o direito de voto. Ela deve convencer, não vencer: sua implementação não virá do resultado vitorioso de uma luta antagônica apaixonada e sangrenta, mas

paralelismo histórico, dar uma olhada no Mallorca árabe de casas de fazenda e rafaes, um modelo de sociedade agrária clássica, auto-governada e equilibrada com a cidade (a medina), o centro de comércio e poder. Essa energia autogerada será a forma de energia dominante apenas em um mundo desglobalizado com a atividade industrial, do turismo sustentável à energia renovável, desmantelada. Que o mercado mundial não é travado apenas com mercados de bairro e moedas, mas principalmente com fortes protestos e ocupações. Que a saída do capitalismo é impossível sem a sua abolição anterior. Que o capitalismo não pode ser abolido sem desestabilizar a sociedade. Que a desestabilização não é da competência dos parlamentos, nem é decidida nos tribunais comuns, mas sim do trabalho de um movimento social fraternalmente coeso, capaz de forjar um projeto revolucionário realista a partir da base, ou seja, que contemple o objetivo de curto prazo da abolição do mercado e do Estado.

do acordo comum entre indivíduos particulares, objetores do crescimento da classe que estão dispostos a fazer todo o possível, democrática e participativamente falando, para “reorientar” as instituições para economizar, redistribuir riqueza e proteger o meio ambiente. Os filisteus não lutam.

É evidente que qualquer formulação, por mais simplista que seja, que proponha que a administração e as indústrias assumam os custos ambientais para melhor administrar o território, despertará simpatias na esquerda convencional mais progressista. Mas os esquemas do decrescimento não apenas atraem a política de cidadania esquerdista habitual, mas também circulam na mídia anarquista, especialmente aqueles envolvidos na luta contra a nocividade social e ambiental. Especialmente se eles questionarem um pouco a ideia de progresso, conquistas tecnológicas ou crescimento da economia. As leituras dos clássicos, incluindo Bookchin, e os mitos da guerra civil são, de fato, um pouco menos práticos do que as receitas neorrurais de aplicação imediata do estilo “retorno ao local”. O apelo irresistível das fórmulas de autoconsumo e autoemprego pode ser sobre a reflexão global e o pensamento estratégico, uma vez que requerem menos trabalho, menos coragem e nenhuma imaginação. Deve-se dizer que o anarquismo funciona como um refúgio temporário para fragmentos de jovens desalojados da classe média, ansiosos por modas alternativas e com forte tendência a emigrar para formações nacionalistas e de cidadania assim que se tornam “realistas”. A ação direta não se beneficia especialmente daqueles apoiadores para quem a história é uma chatice. É mantida a separação entre economia e política típica dos decrescentistas majoritários; Este último é desdenhado, mas não criticado. Prova dessa indiferença ao trabalho da crítica tem sido a denominação pomposa e triunfalista de “construção de uma nova soberania popular” que os 15 milhões de pessoas receberam em seus dias dos cooperativistas-integralistas. Ou o da “cultura agroalimentar sustentável” concedida para a venda de cestas de vegetais orgânicos, que por outro lado já podem ser encontradas no El Corte Inglés. O principal defeito do declínio libertário reside precisamente na conversão de certos meios em fins absolutos, a segunda característica mais geral do decrescentismo, que geralmente é acompanhada por uma espiritualização mística da natureza ou da mesma energia, elevada à categoria de princípio cósmico. A supervalorização das redes cooperativas computadorizadas, que alguns se qualificam como “bases do contra-poder popular” e a de suas moedas “sociais”, nem mais nem menos que instrumentos da “transição para uma sociedade autogerenci-

ada”, são reducionismos interessados em justificar uma prática reformista. É óbvio que os numerosos projetos cooperativos recebem uma avaliação máxima, quaisquer que sejam seus resultados tangíveis. Parece que boas intenções contam muito mais. Na mesma linha de fantasia, a satisfação das necessidades materiais e “imateriais” básicas através desses espaços de vida recebe a qualificação de “autogestão de nossas vidas”. Uma adesão à carta (parceiro protetor, doador, membro de meio período, colaborador às vezes etc.), alguns membros liberados e um arsenal de truques legais astutos serão suficientes, de acordo com os apoiadores desse tipo de autogestão, para financiar cooperativas, ordená-las e impedir o ataque da lei atual. O problema demográfico é resolvido em um piscar de olhos. Com os outros problemas acontecerá o mesmo. O exagero de perspectiva é quase cômico; dessa maneira, e com tais forças, a revolução pode ser feita sem violência e quase sem subsídios. O Estado pode desaparecer e o domínio desaparecer apenas entrando no carro da economia “social” organizada por profissionais na companhia de bons advogados. O conceito de revolução é bem torrado.

O cooperativismo tem sido uma prática que surgiu no início do movimento trabalhista, muitas vezes confrontada com “resistência”, isto é, com a greve e outras formas de luta de classes. Foi objeto de amplo debate e, no Congresso de Barcelona da seção espanhola da Associação Internacional de Trabalhadores, realizada em julho de 1870, foi emitido um parecer que começou da seguinte forma: *“Essa cooperação em seus ramos de produção e consumo não pode ser considerada como um meio direto e absoluto para alcançar a emancipação das classes trabalhadoras. Somente se ele puder servir como um meio indireto para aliviar parte do destino de uma parte de nós e nos encorajar a trabalhar para a consecução de nosso verdadeiro objetivo (...) a solidariedade de todos os ânimos no veemente desejo de subtrair todos nós, direta, imediata e definitivamente da exploração burguesa, derrubando as colunas da atual ordem social”*. Para os internacionais, o objetivo da associação dos trabalhadores não poderia ser outro senão a organização de uma força capaz de “liquidar” o regime de classes, não a sobrevivência mais ou menos confortável dentro dele. “Cooperação produtiva”, somente se estivesse vinculada à “federação universal de associações de produtores” poderia ser “a grande fórmula para o governo do futuro”. Atualmente, a IWA era um meio subordinado cuja importância dependia de incentivar a solidariedade e fugir “de criar interesses restritos”. Ao salvar a distância histórica e se colocar em uma

perspectiva revolucionária antidesenvolvimentista, os argumentos hoje em dia mantêm totalmente sua validade, uma vez que o cooperativismo deriva de complemento ativo ou passivo à política de cidadania.

Certamente, o retorno ao campo, desobediência civil, grupos de consumidores, geração de energia, clínicas gratuitas, escolas gratuitas e oficinas coletivas, para citar apenas alguns exemplos, não são experiências a serem desconsideradas, muito pelo contrário. Esse tipo de realização prática neutraliza o efeito desmoralizante de uma análise puramente negativa, mas de maneira alguma elas podem se constituir, dentro da sociedade capitalista com a qual convivem, além dos enclaves de sobrevivência inócuos, típicos dos grupos excluídos. A autogestão em pequena escala, se desconectada das lutas, é algo que não diz respeito à ordem dominante, pois é tão frágil que pode ser eliminada a qualquer momento. É perfeitamente compatível com o sistema, não tira o sonho dos dirigentes. Seriam necessárias muitas outras coisas para que ela fosse considerada uma alternativa e, em um mundo em que a marginalidade e o protesto provavelmente se tornarão mercadorias, nada está a salvo da recuperação. Inicialmente, os julgamentos autogerenciados não podem ser separados da defesa do território ou das lutas urbanas. O melhor exemplo dessa unidade continua sendo a ZAD de Nantes. O retorno ao campo é, correlativamente, um retorno à cidade, igualmente destruída. A comuna camponesa precisa se coordenar com a ágora do cidadão para algo mais do que legumes.

A revolução social não será obra de pioneiros camponeses, por mais louvável que seja, mas de massas urbanas cansadas de sobreviver em condições extremas de consumismo e artificialidade impostas por uma economia em constante crise. A revolução mencionada deve redistribuir a população através do território, para que a relação campo-cidadanatura se torne equilibrada e positiva, e haverá uma prática proveitosa prévia de autogestão. Mas, antes de tudo, devemos levar em considerações certas verdades triviais, nem sempre presentes no autogerenciamento “imaginário”. Que o território não pode ser preservado sem transformar radicalmente a sociedade que o destrói. Que a transformação não será pacífica, porque a classe dominante usará todo o seu poder e toda a força que tiver para preservar sua posição e privilégios, independentemente da gravidade da crise. Que tem que começar a desindustrializar, o que equivale a ruralização. Essa ruralização implica necessariamente a desurbanização, isto é, a reocupação da terra implica o desmantelamento de conurbações e o restabelecimento voluntário de multidões no campo. Seria útil, por puro